res do processo até à apresentação ou detenção do arguido sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração; a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas e ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

3 de Outubro de 2005. — O Juiz de Direito, *Maria da Encarnação C. Honrado* — O Oficial de Justiça, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 11 399/2005 — AP. — A Dr.ª Maria da Encarnação C. Honrado, juiz de direito do 3.º Juízo Criminal dos Juízos Criminais da Comarca de Sintra, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 654/99.PCSNT, pendente neste Tribunal contra o arguido Paulo César Martins Almerindo dos Santos, filho de Álvaro Luís Almerindo dos Santos e de Aida Monteiro Martins dos Santos, de nacionalidade portuguesa, nascido em 9 de Dezembro de 1968, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 9909860, com domicílio na Rua do Reino Unido, 3, 1.º, frente, Massamá, por se encontrar acusado da prática de um crime de ofensa à integridade física simples, previsto e punido pelo artigo 143.º do Código Penal e um crime de dano simples, previsto e punido pelo artigo 212.º do Código Penal, praticado em 2 de Abril de 1999, por despacho de 29 de Setembro de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

3 de Outubro de 2005. — A Juíza de Direito, *Maria da Encarnação C. Honrado* — A Oficial de Justiça, *Teresa Almeida*.

Aviso de contumácia n.º 11 400/2005 — AP. — A Dr.ª Maria da Encarnação C. Honrado, juiz de direito do 3.º Juízo Criminal dos Juízos Criminais da Comarca de Sintra, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 1706/03.8PCSNT, pendente neste Tribunal contra o arguido Admar da Trindade Vaz do Rosário, filho de Aguileno do Rosário e de Claudina da Trindade Dias, nacional de São Tomé e Príncipe, nascido em 22 de Abril de 1975, titular do passaporte n.º S006031, com domicílio na Avenida dos Missionários, 3, 3.º direito, Aqualva, 2735 Cacém, por se encontrar acusado da prática de um crime de dano simples, previsto e punido pelo artigo 212.º do Código Penal, praticado em 4 de Agosto de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 28 de Setembro de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal; a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração, a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas e ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

3 de Outubro de 2005. — A Juíza de Direito, *Maria da Encarnação C. Honrado* — A Oficial de Justiça, *Teresa Almeida*.

Aviso de contumácia n.º 11 401/2005 — AP. — A Dr.ª Maria da Encarnação C. Honrado, juiz de direito do 3.º Juízo Criminal dos Juízos Criminais da Comarca de Sintra, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 18/00.3PASNT, pendente neste Tribunal contra o arguido Paulo Sérgio Hassam Vieira, filho de Maria Isabel Daud Hassam e de Manuel Furtado Vieira, natural de Moçambique, de nacionalidade portuguesa, nascido em 12 de Março de 1974, solteiro, com domicílio na Rua José Alfredo Dias, lote 1, 3.º-A, 2670 Loures, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º n.º 2 do Decreto-Lei 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 23 de Março de 2000, foi o mesmo declarado contumaz, em 3 de Outubro de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do C Processo Penal;

a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e ainda, a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

6 de Outubro de 2005. — A Juíza de Direito, *Maria da Encarnação C. Honrado* — A Oficial de Justiça, *Maria Graça Gomes*.

Aviso de contumácia n.º 11 402/2005 — AP. — O juiz de direito do 3.º Juízo Criminal dos Juízos Criminais da Comarca de Sintra, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 576/98.OPRLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Nuno Miguel Gonçalves Rocha, filho de Domingos Rocha da Costa e de Élara de Fátima Afonso Gonçalves Costa, natural de São Jorge de Arroios, Lisboa, de nacionalidade portuguesa, nascido em 2901-1980, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 11693914, com domicílio na Estrada Militar, 233-A, Mina, Amadora, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto qualificado, previsto e punido pelos artigos 203.º, n.º 1, e 204.º, n.º 2, alínea e), do Código Penal, praticado em 21 de Maio de 1998, foi o mesmo declarado contumaz, em 3 de Outubro de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal; a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e ainda, a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

6 de Outubro de 2005. — O Juiz de Direito, (*Assinatura ilegível*.) — A Oficial de Justiça, *Maria Graça Gomes*.

Aviso de contumácia n.º 11 403/2005 — AP. — A Dr.ª Maria da Encarnação C. Honrado, juiz de direito do 3.º Juízo Criminal dos Juízos Criminais da Comarca de Sintra, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 233/99.0GFSNT, pendente neste Tribunal contra a arguida Filomena Maria Piçarra da Silva Reis Alves, filha de António da Silva Reis e de Maria Luísa Piçarra Reis, natural da Pena, Lisboa, de nacionalidade portuguesa, nascida em 10 de Março de 1969, divorciada, titular do bilhete de identidade n.º 8881117, com domicílio na Avenida Bombeiros Voluntários, 17, 5.º-C, Mem Martins, 2725-000 Mem Martins, por se encontrar acusado da prática de um crime de ofensa à integridade física simples, previsto e punido pelo artigo 143.º do Código Penal, praticado em 26 de Fevereiro de 1999, foi o mesmo declarado contumaz, em 3 de Outubro de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal; a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração; a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

3 de Outubro de 2005. — A Juíza de Direito, *Maria da Encarnação C. Honrado* — O Oficial de Justiça, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 11 404/2005 — AP. — A Dr.ª Maria da Encarnação C. Honrado, juiz de direito do 3.º Juízo Criminal dos Juízos Criminais da Comarca de Sintra, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 1067/00.7GFSNT, pendente neste Tribunal contra o arguido Hélder Machado Ponte e Sousa, filho de Herlander Alcobia da Ponte e Sousa e de Edite Silva Machado, natural de Penha de França, Lisboa, de nacionalidade portuguesa, nascido em 11 de Abril de 1951, titular do bilhete de identidade n.º 4567466, com domicílio na Rua Rosmaninho, 4, cave, Algueirão, Mem Martins, Sintra, por se encontrar acusado da prática de um crime de exploração ilícita de jogo, previsto e punido pelo artigo 108.º do Decreto-Lei n.º 422/89, de 2 de Dezembro, com referencia ao disposto no artigo n.º 1, alínea g), do citado diploma, praticado em 7 de Julho de 2000, foi o mesmo declarado contumaz, em 30 de Setembro de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulterio-